

Editorial

As investigações sobre a organização de diferentes tipos de escola, entre o final do século XIX e o início do século XX, e os elementos da cultura material escolar aglutinam grande parte dos estudos apresentados neste número da *Revista Brasileira de História da Educação*. A difusão da escola graduada, as normatizações e os modelos da arquitetura escolar para as escolas rurais e urbanas, a hierarquização das instituições escolares, a necessidade e ausência dos materiais escolares para o ensino da leitura e da escrita e a relação entre a urbanização e a localização dos prédios escolares foram alguns dos temas abordados pelos pesquisadores. Destaca-se a diversidade das fontes mobilizadas: textos legais, relatórios de professores e autoridades da instrução pública, registros na imprensa, mapas, plantas baixas, fotografias, depoimentos, entre outras.

Carlos Manique da Silva trata da implantação da escola graduada em Lisboa, no período de 1881 a 1892, como proposta de visibilidade dos ideais republicanos. Novas exigências são estabelecidas em relação ao trabalho docente, à direção e gestão escolares, baseadas nos pressupostos da racionalidade pedagógica. Os projetos discutidos na Câmara de Vereadores de Lisboa, acerca da localização ideal das escolas centrais e da necessidade de manutenção das escolas paroquiais, bem como a exposição de planos de reorganização administrativa das instituições educativas e da carreira docente, expõem tensões entre os vereadores e os projetos de modernização em debate, no final do século XIX, em Portugal.

Investigando os espaços escolares propostos para a região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, Terciane Ângela Luchese e

Lúcio Kreutz, a partir de um diversificado conjunto de fontes, apontam a adoção de pressupostos higienistas e civilizadores nos diferentes projetos arquitetônicos concebidos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. As autoridades do Rio Grande do Sul procuraram estabelecer plantas arquitetônicas e requisitos no tocante à ventilação, iluminação, higiene e divisão do espaço para favorecer as práticas educativas e a uniformização dos prédios escolares. As relações de interdependência estabelecidas entre os professores, a comunidade local e os intendentos, como demonstraram os autores, favoreceram a doação de terrenos e materiais, a reforma e a adequação dos espaços existentes, assim como a construção de novos prédios, por meio de mutirões; no entanto, esses processos também foram marcados por disputas e intensos debates entre os envolvidos.

Gilvanice Barbosa da Silva Musial e Ana Maria Oliveira Galvão investigam a escola rural na região central de Minas Gerais, no final do século XIX. Os relatórios de inspetores escolares, dos secretários dos Negócios do Interior e as mensagens dos presidentes do Estado foram as principais fontes analisadas pelas autoras, que discutiram a produção discursiva relacionada à hierarquização dos tipos de escola e à diferenciação: dos currículos; das edificações; dos materiais e métodos de ensino; da remuneração e contratação docentes, entre outros aspectos. As pesquisadoras indicam a produção de materiais de leitura e escrita pelos próprios professores e professoras, bem como a circulação de livros de leitura e elementos do mobiliário escolar. A ausência e/ou a inadequação dos materiais escolares e a precarização dos prédios e do ensino nas escolas rurais foram recorrentes nos discursos oficiais, como demonstraram as autoras.

A modernização arquitetônica das escolas de Goiás, associada ao planejamento urbanístico de Goiânia, foi o foco da pesquisa realizada por Rubia-Mar Nunes Pinto. Utilizando fontes cartográficas, documentais e orais, a autora procurou analisar as questões que envolvem a cultura material escolar, privilegiando o espaço e a arquitetura escolar. A relação entre a constituição da nova capital do estado e a localização dos principais prédios escolares – Jardim de Infância, Grupo Escolar Modelo,

Escola Complementar, Liceu, Escola Normal Oficial, entre outros – aparece destacada e demonstrada pela autora por meio de mapas e plantas baixas. Salienta-se o traçado das avenidas principais e a localização dos estabelecimentos educacionais, bem como as relações com a centralidade administrativa e a racionalidade arquitetônica moderna.

Alessander Kerber, Claudia Schemes e Cleber Cristiano Prodanov abordam as escolas étnicas alemãs, na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, no período de 1930 a 1945. As memórias das práticas educativas associadas à Campanha de Nacionalização, implementada na gestão de Vargas, foram investigadas pelos autores tendo em vista a compreensão das formas de controle, vigilância e violência estabelecidas e representadas pelos sujeitos envolvidos. A proibição de se comunicarem em alemão, a obrigação da participação em horas cívicas e desfiles em homenagem aos símbolos nacionais e datas comemorativas, organizados pelas escolas, foram lembrados pelos depoentes, que foram ouvidos pelos autores. As punições, o medo, a disciplina, o rigor, as imposições do cotidiano escolar marcaram a infância e a memória de muitos imigrantes alemães e de seus filhos e filhas, que vivenciaram os processos associados à nacionalização das escolas e das comunidades alemãs de Novo Hamburgo.

Os materiais escolares e, de modo particular, aqueles concebidos como suporte para o ensino da leitura foram objeto da investigação de Isabel Cristina Alves da Silva Frade, que examinou as configurações gráficas dos livros franceses e brasileiros, produzidos nos séculos XIX e XX. O olhar atento da autora em relação aos critérios gráficos e à organização da página de diversas cartilhas e livros, utilizados para a alfabetização, na França e no Brasil, permitiu a comparação de diferentes elementos, que são demonstrados pelas ilustrações presentes no artigo. Nas suas conclusões, Isabel Frade destaca a multiplicidade de recursos gráficos utilizados pelos autores/livros de leitura, a relação complexa entre dispositivos gráficos e métodos de ensino, não só nos livros franceses e brasileiros, mas também portugueses, assinalando a necessidade de refletirmos sobre as decisões pedagógicas e as interferências e “decisões de editores e programadores gráficos pela economia dos livros didáticos”.

No que tange aos discursos sobre a escola e a escolarização, Rosane Michelli de Castro trata da educação pública em São Paulo, enfocando o período de 1907 a 1927, a partir dos discursos das autoridades paulistas, veiculados nos *Annuários do ensino do estado de São Paulo*. Na análise das configurações textuais, a autora demonstra como a produção e a circulação dos diferentes textos – discursos, relatórios, prestação de contas, cartas abertas, dados estatísticos, orientações pedagógicas, entre outros – de autoria, principalmente dos inspetores gerais e diretores da Instrução Pública de São Paulo, no período investigado, além de informar a população, serviam ao processo de legitimação das referidas autoridades, “na esfera intelectual e no âmbito político-administrativo”. A divulgação de informações sobre os estabelecimentos escolares e de dados estatísticos sobre a “marcha do ensino”, bem como orientações pedagógicas relacionadas à Escola Nova, e instruções para o trabalho docente em relação a algumas disciplinas, entre outras recorrências salientadas pela autora, possibilitaram a caracterização de uma certa “ideia de conjunto à esfera da instrução pública paulista”.

A análise dos projetos educativos para as populações do campo na década de 1950 e o ProJovem Campo – Saberes da Terra (Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada à Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares), implantado pelo Ministério da Educação, a partir de 2007, foi realizada por Angela Maria Hidalgo. As campanhas, projetos, programas e documentos produzidos pelo Estado brasileiro, entre 1950 e 1990, sobre educação para as populações do campo, também foram identificados pela autora, que ressaltou o caráter das permanências de alguns objetivos, como também a relação entre as ações efetivadas, os princípios do desenvolvimentismo e as demandas dos organismos internacionais.

Nesta edição, temos duas resenhas, a primeira de autoria de Thiago Borges de Aguiar, sobre a obra de Carlo Ginzburg, *Investigando Pierro*; e a segunda sobre o livro de Carlos Monarcha, *Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*, realizada por Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira. As duas resenhas expressam as

principais ideias das obras, salientando a competência e as contribuições teórico-metodológicas dos respectivos autores.

Esperamos que a leitura seja produtiva e enriquecedora para todos, ao tempo que lembramos a nossa expectativa de contar com a participação dos pesquisadores de história da educação, por meio de artigos, dossiês, resenhas e notas de leitura, nas próximas edições da nossa *Revista Brasileira de História da Educação*.